



**Tribunal de Justiça  
do Estado do Maranhão**

**CLIPPING IMPRESSO**

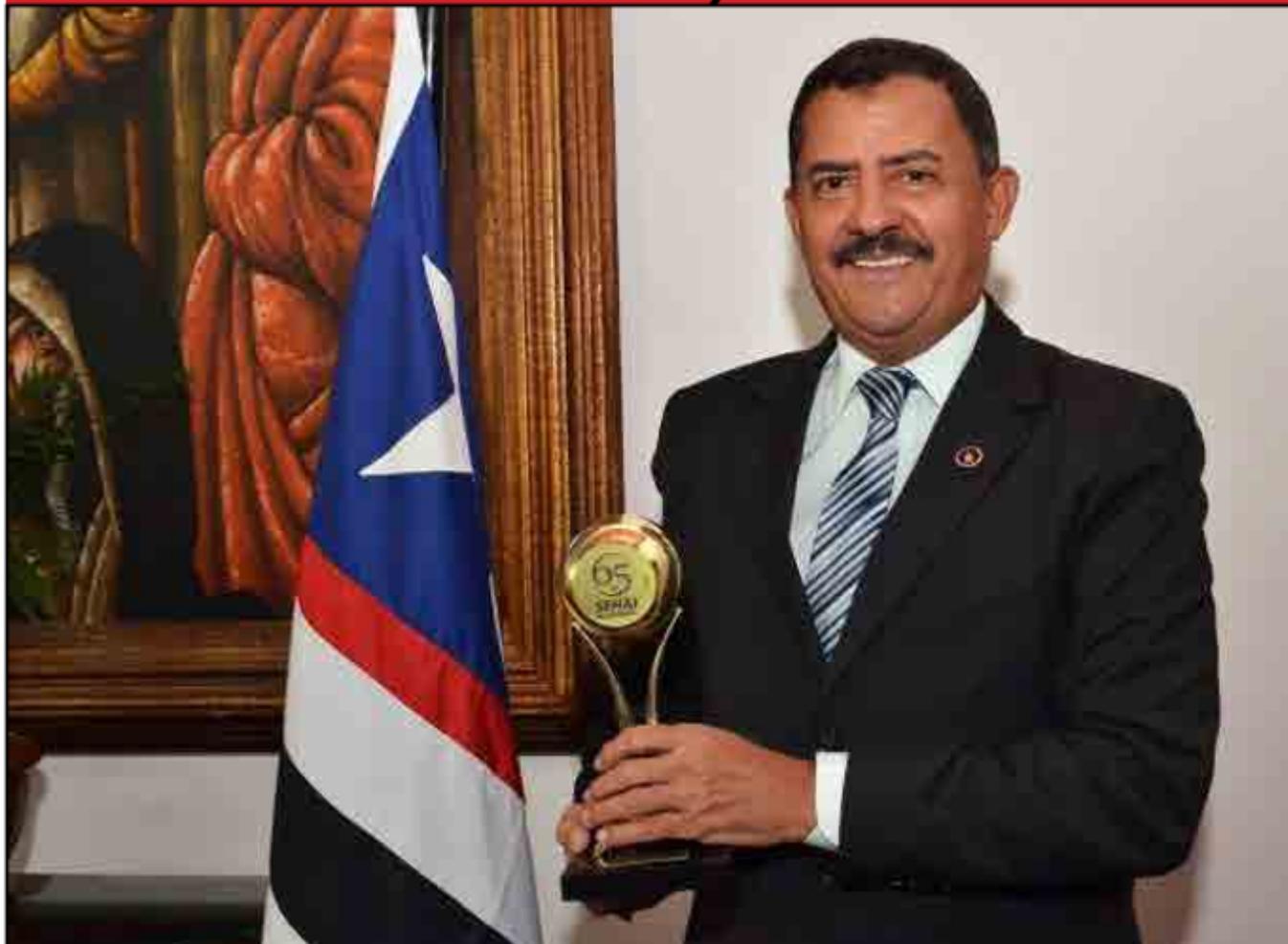
**27/05/2018**

# INDICE

---

1. JORNAL EXTRA	
1.1. PRESIDÊNCIA.....	1
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	2
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. ASSESSORIA.....	3
3.2. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	4
3.3. CEMULHER.....	5 - 6
3.4. DESEMBARGADOR.....	7
3.5. PRESIDÊNCIA.....	8 - 9

## click *Especial*



O PRESIDENTE DO TJMA, JOAQUIM FIGUEIREDO FOI UM DOS HOMENAGEADOS

# Presidente do TJMA é homenageado na comemoração dos 65 anos do Senai

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, recebeu homenagem na comemoração dos 65 anos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Maranhão, em reconhecimento à contribuição do Judiciário para o desenvolvimento do Senai.

O evento comemorativo aconteceu na sede da Federação das Indústrias do Maranhão (Fie-  
 ma), nessa quinta-feira (24), e reuniu empresá-

rios, gestores e técnicos do setor público.

Na solenidade, foi lançado o livro “Senai Maranhão 65 anos – Educação, Inovação e Tecnologia”, e realizadas homenagens a personalidades e indústrias que fazem parte da história da instituição.

As homenagens foram concedidas a instituições e parceiros que contribuíram com o crescimento do Senai, no Maranhão, durante esses 65 anos.

## REDUZ NÚMERO DE INTERNOS

# Centro Integrado de Justiça Juvenil do Maranhão recupera adolescentes

As ações integradas e de conscientização articuladas pelo Centro Integrado de Justiça Juvenil (CIJJUV) têm ajudado a recuperar adolescentes e, conseqüentemente, a reduzir o número de internos na Fundação da Criança e Adolescente (Funac) na Grande Ilha (São Luís, Raposa, Paço do Lumiar e São José de Ribamar).

Os dados são do Núcleo de Atendimento Inicial (NAI) da Funac, que apontam diminuição de aproximadamente 50% no número de jovens que ingressaram em fevereiro de 2018 na comparação com o mesmo mês de 2017. O total passou de 59

para 27.

Para a diretora do NAI, Maria Raimunda Ribeiro Braga, a diminuição se deu após a implantação do CIJJUV há pouco mais de um ano, em abril de 2017, e a integração dos órgãos que evitam a internação do adolescente, em casos menos graves, impondo o cumprimento de medidas socio-educativas.

“Nós conseguimos dar um atendimento mais humanizado e realizar uma triagem de forma efetiva. Outro ganho foi a celeridade dos procedimentos. Fica um órgão ao lado do outro, e o encaminhamento se torna mais célere até chegar às mãos

do juiz para que ele sentencie a pena ou não para o adolescente”, avalia.

Em comparação com os três primeiros meses (janeiro, fevereiro e março) antes da inauguração do CIJJUV, os números de 2017 chegam a 171. Já os três após a inauguração registaram pouco mais de 120 adolescentes internados.

“O Centro Integrado de Justiça Juvenil passou a ser referência por realizar ações de conscientização do jovem e da família de forma articulada entre os órgãos estratégicos de proteção e de responsabilização do adolescente”, diz a diretora.

Mais rapidez

O CIJJUV é a materialização de mais um dos compromissos assumido pelo Governo do Estado que, na esfera jurídica e humanitária, vem cumprindo as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

De forma integrada, além dos serviços do NAI, a estrutura conta com a Funac, a Delegacia do Adolescente Infrator (DAI) a Secretaria de Segurança Pública, as Promotorias Especializadas do Ministério Público (39ª, 40ª e 43ª), a Defensoria Pública Estadual, as atividades da 2ª Vara da Infância e Juventude e o Núcleo de Justiça Restaurativa.

## Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br



### Impactos da inteligência artificial no Direito

A Inteligência artificial está levando a comunidade jurídica a repensar a atual concepção do Direito, inclusive em suas áreas mais clássicas, abrindo debates profundos sobre a eticidade das relações homem-máquina e suas implicações na atuação dos profissionais da área jurídica e em diversos outros aspectos da sociedade contemporânea.

Na inteligência artificial, os computadores por intermédio de um software específico, exerce uma atividade cognitiva, ou seja, de contínuo aprendizado no sentido de coletar, processar, pesquisar, analisar semanticamente o conteúdo, compreendendo-o, e realizando tarefas a partir das informações obtidas, classificando e apresentando perspectivas de resultados práticos, como sugestões de ação ou tomada decisões.

O constante desenvolvimento de novas tecnologias desafia os operadores do Direito. Levando-se em consideração que a ciência jurídica, pela sua natureza, não é um sistema estático, a Inteligência Artificial abre cada vez mais espaço no campo do Direito com a intensa utilização de tecnologias que desenvolvem até advogados “robôs”, muitos deles já atuando efetivamente em alguns escritórios de advocacia nos Estados Unidos.

Entre os diversos exemplos da utilização da inteligência artificial, inclui-se a experiência do Banco JP Morgan, maior instituição financeira dos Estados Unidos, que vem investindo incisivamente no desenvolvimento de novas tecnologias e já possui um “robô”, baseado em uma rede particular, chamado COI (Contract Intelligence), que interpreta acordos de empréstimo comercial e analisa acordos financeiros.

Estima-se que, por meio do COI (Contract Intelligence) são processadas análises que consumiam 360 mil horas de trabalho de advogados por ano, com um índice de erros menor que o apresentado pelo trabalho humano.

Diante dessa nova realidade, surge a necessidade dos operadores do Direito se debruçarem sobre esta nova realidade, que já está presente em diversas áreas de produção e criação, apontando a necessidade de se discutir uma nova legislação capaz de definir o papel da inteligência artificial no ordenamento jurídico brasileiro.

Hoje, podemos encontrar robôs que organizam processos, tirando o trabalho da secretária. Robôs que redigem petições em massa, tirando o trabalho dos estagiários, robôs que encontram correspondentes em vários Estados e Municípios, auxiliando o trabalho dos advogados. Também encontramos robôs que buscam processos antes mesmo da empresa ser notificada, aumentando o tempo para o réu se preparar.

Por fim e mais impactante, encontramos robôs que fazem acordos judiciais em massa, tirando boa parte da receita dos grandes escritórios de advocacia, resolvendo conflitos judiciais em questão de dias e, principalmente, trazendo uma conciliação amigável, prática, rápida e 100% digital, entre empresas e consumidores ou funcionários.

Várias atividades tradicionais estão sendo “engolidas” por esses avanços, vários postos de trabalhos estão sendo substituídos por aparelhos compostos por metais, que contam com uma incrível inteligência. Em alguns casos, podemos até tirar a grande quantidade de metais e deixarmos apenas a inteligência.

Ampliando a análise para além da seara jurídica, verifica-se que a Inteligência Artificial já está presente também em áreas até pouco tempo inimagináveis, consideradas intocáveis, cobertas de tradicionalismo e glamour.

Na arte, por exemplo, em 2016, com a participação direta do Watson, um sistema de computação cognitiva da IBM com uma estrutura de inteligência artificial altamente complexa e poderosa, foi feita a composição da música “Not Easy”.

A participação do IBM Watson se deu com a capacidade da máquina de entender a linguagem natural e identificar padrões e temas a partir de dados não estruturados em milhões de conversas em redes sociais e outras fontes relativas à cultura e à música com o objetivo de criar uma verdadeira “paisagem” que refletisse o emocional da sociedade.

O sistema da IBM também aprendeu teoria musical, temas utilizados em músicas, padrões de humor e de emoção, para, em seguida, entender como esses aspectos se relacionam uns com os outros e identificar os principais elementos de uma música de sucesso.

Com isso, o produtor musical inglês, Alex da Kid, criou com a utilização do IBM Watson a música “Not Easy” e, com seu lançamento, conseguiu figurar pela primeira vez na parada Billboard.

Hoje, Softwares utilizados por pintores, escultores, músicos, fotógrafos, deixam de ser simples ferramentas ou instrumentos, e passam a participar da própria criação. Outrora, por exemplo, um pintor se utilizava de tintas, tela, pincéis (fabricados por terceiros) e com eles criava sua obra.

Nunca houve dúvida de que o que estava na tela era uma obra exclusiva do pintor, independente da qualidade do pincel utilizado. Contudo, a inteligência artificial contida nos softwares e algoritmos utilizados por estes mesmos artistas influenciam diretamente na criação da obra, dando toques diferentes daqueles dados pelo artista humano.

Pode-se dizer, assim, que o artista humano se torna um co-autor e sua obra, juntamente com a inteligência artificial contida nos softwares. Deixa de haver, assim, a existência exclusiva do ser humano como artífice de uma obra, pois ele passa a dividir o palco fático com algo que não é uma simples coisa e ao mesmo tempo não é um ser humano clássico (a inteligência artificial).

A Lei 9610/98, que trata dos direitos autorais e em vigência no ordenamento brasileiro, já não consegue regular estas criações, pois a atualidade impôs uma realidade jamais prevista pelos legisladores de outrora.

Da mesma forma, o Código Civil, ao determinar que somente a pessoa humana tem a capacidade jurídica, capacidade de ser titular de direitos e deveres, não norteia como deve ser o tratamento da inteligência artificial.

## **CGJ inscreve mais de 300 casais para casamento comunitário na Ação Global**

Cerca de 80 voluntários trabalharam nesse sábado (26) inscrevendo casais para o Casamento Comunitário de São Luís, realizado pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA). As inscrições foram feitas durante a 25ª Ação Global, no Multicenter Sebrae, com a habilitação de mais de 300 casais para formalizarem a união na edição deste ano do Casamento Comunitário de São Luís, que acontece dia 22 de setembro, mês em que o projeto completa 20 anos de implantação e já conta mais de 110 mil uniões. Esta foi a primeira oportunidade de habilitação para os casais que desejam participar do Casamento de São Luís. As inscrições serão reabertas por outros canais, cujas informações serão divulgadas oportunamente na página da CGJ-MA. O Poder Judiciário também participou da 25ª Ação Global por meio do Centro Judiciário de Solução de Conflitos (Cejus-TJMA) e da Coordenadoria Estadual da Mulher (Cemulher/TJMA), que orientaram os visitantes sobre os serviços de conciliação e combate à violência contra a mulher e distribuíram materiais informativos. O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, acompanhou e agradeceu o trabalho dos voluntários da CGJ e das cinco zonas de Registro de Civil de Pessoas Naturais de São Luís, durante a realização dos processos de habilitação dos casais, e ressaltou a importância do projeto Casamentos Comunitários tanto para a população quanto para o Poder Judiciário, oferecendo uma oportunidade gratuita para que centenas de pessoas legalizem sua situação civil e contribuindo no fortalecimento da cidadania. Esse ressaltou o caráter visionário, humanista e progressista do criador do projeto Casamentos Comunitários, desembargador Jorge Rachid. “Neste momento o Poder Judiciário fica mais próximo do cidadão e atua em nome do Estado, na execução do seu papel de resolver conflitos sociais”, avaliou.

Kátia Persovisan

katiapsv@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br

Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>

Blog: <http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/>

CONTEXTO



CAMPANHA - Começa no dia 8 de junho, no Fórum de São Luís, a III Semana Estadual de Valorização da Mulher, promovida pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER), com o apoio da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), Escola Superior da Magistratura (ESMAM) e da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA). Na abertura oficial do evento, ocorrerá o lançamento da campanha "ElesPorElas" (HeForShe), inspirada no movimento criado pela ONU Mulheres, uma entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. O movimento é um esforço global para envolver homens e meninos na remoção das barreiras sociais e culturais que impedem as mulheres de atingir seu potencial, e ajudar homens e mulheres a modelarem juntos uma nova sociedade.

---

# José Luiz Almeida

Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão. Escreve para o Jornal Pequeno aos Domingos, quinzenalmente / [jose.luiz.almeida@globo.com](mailto:jose.luiz.almeida@globo.com) / [www.joseluzalmeida.com](http://www.joseluzalmeida.com)



## “VAI DAR ERRADO”

Muitos de nós testemunhamos quando o ministro Gilmar Mendes, por ocasião do julgamento que restringiu o alcance do foro privilegiado, teceu críticas severas contra os juízes de primeiro grau, os quais, como sabido, em face do julgamento em comento, devem assumir os processos deflagrados contra políticos agora sem prerrogativa de foro, nas hipóteses contempladas na decisão.

Em determinado momento de sua fala, o ministro disse, dentre outras coisas, que o sistema de Justiça Criminal, nos diversos estados da Federação, é disfuncional e não está preparado para julgar os detentores de foro.

Mais adiante, de forma, para mim, pouco respeitosa, disse que, com *“essa gente”*, se referindo aos juízes e membros do Ministério Público, a situação vai ser pior que no Supremo, para, adiante, prognosticar: *“Vai dar errado”*.

Abstendo-me de julgar o ministro em face da maneira deselegante como se dirigiu a nós outros, acho que, em face de sua afirmação, é preciso uma seríssima reflexão, pelo que ela contém de verdadeiro.

É necessário, sim, sem falsos pruridos, sem fazer beicinho e sem fingir indignação, admitir que a afirmação do ministro, conquanto pouco respeitosa, traduz, sim, uma realidade que precisa ser encarada, se pretendemos mudar a realidade.

A verdade é que, com a restrição do foro privilegiado, jogou-se sobre os ombros dos juízes, promotores e polícia judiciária dos estados uma enorme responsabilidade que, confesso, não sei se estamos preparados para enfrentar, como advertiu o ministro, em face, dentre outras razões, das nossas reconhecidas limitações estruturais.

Não bastasse o reconhecimento das nossas limitações estruturais, é bem de se ver, com mais preocupação que, historicamente, não temos dado aos feitos criminais, pelo menos na Justiça Estadual, o mesmo tratamento que tem sido dado aos feitos cíveis, a contribuir decisivamente para impunidade.

Não fosse suficiente esse histórico *“desprezo”* para com os feitos criminais, é forçoso admitir, de mais a mais, que, também historicamente, as instâncias de controle dos Estados – aqui considerados Poder Judiciário, Ministério Público e Polícias - não têm sido rigorosas, como deveriam, com os criminosos do colarinho branco, os quais, como regra, pelos mais diversos motivos, têm passado à ilharga das instâncias de controle.

Por essas e outras razões, existe no ar, exalando péssimo odor, uma forte probabilidade de a população se decepcionar com a expectativa de que, aqui embaixo, longe do foro por prerrogativa de função, os processos andarão e que, como num passe de mágica, a turma do andar de cima será penalizada exemplarmente.

Contudo, não será assim, posso garantir, se persistirem – e a tendência é a manutenção do *status quo* - as coisas como sempre foram. Posso afirmar, com pouca probabilidade de estar errado, que tudo ficará como antes: aqui, assim como no Supremo, as demandas em desfavor dos que se acostumaram a passar à ilharga das ações dos órgãos de controle continuarão sem uma resposta efetiva, imunes, portanto, às nossas ações, salvo uma ou outra punição, aqui e acolá, pontualmente, para confirmar a regra.

Torço, sincera, mas desesperançadamente, para que o ministro não tenha a oportunidade de, daqui a alguns anos, dizer que tinha

razão quando afirmou que não ia dar certo, e que não se podia mesmo contar com *“essa gente”*.

Eu espero, sim, com sofreguidão, mas ao mesmo tempo tomado da necessária prudência, que, sobretudo os juízes e promotores estaduais, deem uma resposta positiva à sociedade, devido à expectativa que se criou em torno da questão, conquanto desconfie dessa possibilidade, uma vez que, mesmo os processos criminais contra os desvalidos, não têm merecido de nós a necessária atenção, muitos deles sendo levados à prescrição.

Importa anotar que, quando falo em resposta positiva à sociedade, como o fiz acima, não me refiro, necessariamente, ao desfecho condenatório. Refiro-me, sim, à solução do conflito, seja para condenar, seja para absolver, pois, afinal, a justiça não é eficaz apenas quando pune, mas também quando é capaz de, a tempo e hora, decidir as questões submetidas a julgamento, sem tardança e sem delongas, pronta e eficazmente.

À luz do que expus acima, a minha esperança agora é que, numa guinada exemplar, as instâncias de controle dos Estados, comandadas por *“essa gente”*, apliquem um duplo *twist* carpado na indolência, um *upper* de esquerda no queixo da indisposição, um cruzado à altura do fígado da acomodação e um salto mortal na indiferença, dando, com essa necessária mudança de conduta, uma resposta exemplar à sociedade, em face das expectativas criadas em torno da nossa ação, pois só assim reverteremos o quadro de impunidade que ainda é uma regra entre nós, em se tratando de criminosos do colarinho branco. É isso.



## Os 65 anos de atuação do Senai no Maranhão são comemorados

Os 65 anos de atuação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) no Maranhão foram comemorados quinta-feira (24). O órgão conta com oito escolas de educação profissional no estado e nove unidades móveis, que atendem 650 mil alunos matriculados.

**PÁG. 4**

## Aniversário

# Os 65 anos de atuação do Senai no Maranhão são comemorados

Os 65 anos de atuação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) no Maranhão foram comemorados quinta-feira (24). O órgão conta com oito escolas de educação profissional no estado e nove unidades móveis, que atendem 650 mil alunos matriculados. “Com a missão de contribuir com ideias criativas para o desenvolvimento e o crescimento industrial do nosso país e, principalmente, da indústria maranhense, o Senai Maranhão alcança a longevidade dos seus 65 anos de atuação, sem desviar o foco de suas ações voltadas à indústria, ao trabalhador e à sociedade maranhense”, afirmou Edilson Baldez das Neves, que, além de presidente da Federação das Indústrias (Fiema), preside o seu conselho estadual. O diretor-geral do Senai Nacional, Rafael Lucchesi, proferiu palestra sobre a importância do órgão para a competitividade do país, classificando-o como o mais importante aliado da indústria brasileira. “O Senai foi decisivo na construção de um parque industrial forte e diversificado. Ao longo das últimas décadas, não há um único grande empreendimento implantado



no Brasil que não tenha utilizado e se beneficiado dos serviços oferecidos por essa instituição”. Lucchesi ressaltou, ainda, a atuação no Maranhão, destacando o pioneirismo e a visão dos empresários maranhenses, que possibilitaram o crescimento do setor e o desenvolvimento econômico do Estado. “ Nos últimos anos, o estado e seu parque industrial não param de crescer. Para dar suporte a esse processo, o Senai e o BNDES vem aportando recursos para a modernização e a construção

de modernos centros de formação profissional e unidades móveis, nas principais cidades do Estado.” Além da exposição de novas tecnologias, que são utilizadas nas salas de aula, como um simulador de solda e uma impressora 3D, houve ainda o lançamento de um livro que relata toda a trajetória da instituição no Maranhão, além de homenagens a personalidades e indústrias que fazem parte da história dos 65 anos.

### RECONHECIMENTO

Foram homenageadas empresas,

peças e autoridades que fizeram parte da história da entidade. Helder Teixeira (Alumar), Dorgival Pereira (Vale), Augusto Dantas (Cemar), Marcos Souza (Aço Verde) e Flávio Fé (Suzano) foram homenageados como representantes do parque industrial maranhense. Também receberam homenagem o colaborador do Senai Antônio da Luz, que trabalha há 16 anos na instituição, o industrial Bruno Cardoso, que foi aprendiz e hoje coordena o setor de Ferramentaria na empresa da FC Oliveira.

Entre as autoridades, foram homenageados o prefeito de São Luís, Edvaldo Holanda Júnior, o governador do Maranhão, Flávio Dino (representado pelo chefe da Casa Civil, Rodrigo Lago) e o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, José Joaquim Figueiredo (representado pelo desembargador Tyrone José Silva).

Do Senai, foram reconhecidos Rafael Lucchesi; os ex-diretores Raimundo Franco Teixeira, Jaldo Abreu, João Alberto Schalcher, Elito Hora e José Mário Aranha; o diretor Marco Moura e os conselheiros Francisco Brandão, José Adriano Jansen, Celso Gonçalves, Francisco Sales Alencar, Lea Cristina da Costa, Luís dos Santos Lima e Ana Rute Mendonça. Outros homenageados foram os ex-presidentes da Fiema e do Conselho Regional, Haroldo Cavalcante (in memoriam), Alberto Abdalla (in memoriam) e Jorge Mendes, além do atual, Edilson Baldez.